

Considerações sobre a gênese do neoliberalismo e sua face totalitária

Pedro Mozzer Soares

Introdução

O capitalismo do século XXI carrega as contradições dos processos sociais do século passado. O desenvolvimento do capitalismo baseado no Estado de bem-estar social foi destruindo gradativamente os laços de solidariedade no tecido social e criando uma sociedade neoliberal com base em uma racionalidade que impõe, de maneira autoritária, a lógica do mercado e o princípio da concorrência para todas as dimensões da vida. Neste sentido, a proposta deste artigo é explorar a concepção de neoliberalismo como um sistema totalizante e autoritário que necessita que tudo seja regido por princípios morais baseados na concorrência mercantil. Para isso, o objetivo da primeira parte do texto é apresentar as características principais da Era de Ouro do capitalismo e as transformações econômico-sociais que levaram ao fim desse padrão de acumulação de capital. Na segunda parte, o artigo busca refletir sobre a definição de neoliberalismo e a reconfiguração do Estado, que passa a regular todos os espaços da vida, e se transforma em um Estado totalitário.

Os Pilares da Era de Ouro

O século XX se inicia escancarando os símbolos da sociedade capitalista, quais sejam, a crise e a violência. Dessa vez, a crise se expressou sob a forma de crise bélica, dando origem a duas guerras de proporções globais: Primeira Guerra Mundial – 1914 a 1918; e Segunda Guerra Mundial – 1939 a 1945. Essa crise humanitária global ficou marcada por uma violência sem precedentes; crise econômica e política; destruição dos países onde ocorreram os conflitos; mortes, miséria e fome; e, por fim, uma desesperança generalizada de um mundo e uma vida melhores.

Não há como entender a chamada Era de Ouro do capitalismo, sem ter em mente o que significou a guerra para a sociedade do início do século XX. A partir do fim dessa experiência brutal, a sociedade capitalista observou uma era de “prosperidade” e “paz” nunca vista antes, que durou até a década de 1970. Vale destacar que essa prosperidade e paz só foram sentidas pelos países capitalistas desenvolvidos, pois a periferia do mundo conviveu com diversos conflitos sociais e bélicos que já não se viam nos países centrais.

A prioridade do pós-guerra era reconstruir o que havia sido destruído durante a guerra, ou seja, reconstruir a Europa e o Japão. Os EUA tiveram um papel central nessa reestruturação, pois a economia americana vinha de um forte crescimento industrial provocado pelas políticas do New Deal e a guerra não os afetou diretamente, colocando-os em posição economicamente confortável para se sobrepor às potências mundiais. Assim, a Grã-Bretanha - que havia sido a potência hegemônica até então - vê o dólar se tornar a grande moeda mundial, especialmente quando a proposta americana

ganha a conferência de Bretton Woods, acordando que o sistema monetário internacional teria como base a conversibilidade do dólar em ouro (padrão dólar-ouro), além de uma política de câmbios fixos com base no dólar. O acordo de Bretton Woods e o Plano Marshall para a reconstrução da Europa colocam os EUA como a grande potência econômica do ocidente capitalista e “como um modelo de socialidade industrial capitalista” (HOBSBAWM, 2013, p.259) a ser seguido. Portanto, o fordismo como forma de produção em massa e de uma ideologia moral do trabalhador – American Way of Life – deveria ser expandido ao resto do globo como forma de afirmar os ideais capitalistas e confrontar as ideias soviéticas dentro do contexto da Guerra Fria.

Essa fase próspera do capitalismo é conhecida como a Era de Ouro do capitalismo e tem a mudança da política econômica seguindo os ideais keynesianos e do New Deal, com foco no pleno emprego como um de seus principais pilares. O Estado de bem-estar social foi formado a partir da junção entre liberalismo com planejamento estatal e a democracia social, que garantia uma maior proteção do Estado aos cidadãos. Além disso, esses trinta anos gloriosos foram marcados pelo crescimento econômico acentuado, com pleno emprego, diminuição da desigualdade nos países desenvolvidos, desenvolvimento tecnológico, que possibilitou um aumento exorbitante da produtividade e a expansão das indústrias por todo o mundo (HOBSBAWM, 2013). Segundo Hobsbawm (2013, p.395), a Era de Ouro do capitalismo se encerra em 1973-75, com a drástica diminuição do crescimento econômico. Para entender a crise desse modelo de sociedade e de padrão de acumulação, é necessário refletir sobre as transformações econômico-social-cultural que modificaram a sociedade nesse período de prosperidade. Para o historiador britânico as condições para a crise foram produzidas dentro do próprio desenvolvimento da sociedade dos anos dourados, trazendo diversas transformações sociais que explicariam a crise posterior.

As Transformações Sociais e as Sementes da Crise

O crescimento econômico alcançado no pós-guerra propiciou o progresso das indústrias e da produtividade, com base em revoluções tecnológicas, e assim colocou em xeque o mundo agrícola. Ademais, a mecanização da agricultura nos países industriais desenvolvidos provocou um aumento da produtividade agrícola, fazendo declinar a necessidade de braços humanos (HOBSBAWM, 2013). Com a extinção de postos de trabalho nas zonas rurais, os camponeses se viram obrigados a migrar para as cidades urbanas, pois, como afirma o autor, “quando o campo se esvazia, as cidades se enchem.” (HOBSBAWM, 2013, p. 288). O crescente desenvolvimento das cidades criava empregos para as pessoas que vinham do campo, principalmente, nas prósperas indústrias. Desse modo, uma classe trabalhadora industrial foi formada. Ela acabou por se tornar o grande ator político dos anos dourados, pelo seu tamanho, confirmando a morte do campesinato e a ascensão operária, agora, em um mundo urbanizado.

Como aponta o autor, a semente da crise, que se viveria anos mais tarde, já se encontrava dentro das transformações mencionadas anteriormente, pois, da mesma forma que as indústrias geravam postos de trabalho, elas os destruíam com a substituição de trabalhadores por máquinas. Essa contradição se sustentou pela magnitude da expansão industrial e do crescimento econômico, que gerava mais empregos que destruíam. Anos mais tarde, o grande e constante desenvolvimento tecnológico promoveria o aumento do desemprego; a transnacionalização das indústrias e do capital americano, que paulatinamente transferiu plantas industriais para países onde o custo da mão-de-obra era menor. Com isso, a oferta de emprego nos países desenvolvidos diminuiu.

Além disso, a urbanização promoveu “o crescimento de ocupações que exigiam educação secundária e superior” (HOBSBAWM, 2013, p.289). Portanto, a educação se torna fator primordial para a continuação do desenvolvimento das cidades industriais no pós-guerra, principalmente, a educação superior que obteve uma “explosão” da quantidade de universitários no mundo. O crescimento da educação superior, também propiciou a entrada das mulheres no mercado de trabalho. Esse aumento explosivo de estudantes universitários fez com que eles se constituíssem como uma massa social e política importante nessa época, junto com os operários e as mulheres que cresciam em quantidade nas universidades e no mercado de trabalho.

Os estudantes, como atores políticos, reivindicavam melhorias nas questões sociais, em um mundo de prosperidade crescente. Com isso eles se juntavam aos operários nas contestações por uma vida melhor. Os trabalhadores industriais que “aprenderam a ver-se como uma única classe trabalhadora” (HOBSBAWM, 2013, p.297) tinham a coletividade como o “elemento central de suas vidas” (HOBSBAWM, 2013, p.300), e assim buscaram, a partir da ação coletiva, por melhores condições de trabalho, aumentos salariais e por uma vida melhor. Tanto os estudantes quanto os operários se identificaram com a esquerda política, os estudantes em especial com a esquerda radical.

O fordismo, como forma de produção, precisava de uma mão-de-obra crescente para produzir em massa, e também de pessoas que pudessem consumir o que era produzido. Os estudantes e operários com seus aumentos salariais reais, junto com uma nova cultura juvenil que representava “uma massa concentrada de poder de compra” (HOBSBAWM, 2013, p.320), foram atores importantes nesse processo de constituição de uma sociedade de consumo de massa. A estruturação dessa sociedade centrada no consumo propiciou o fim dos ideais proletários e da “coesão operária” (HOBSBAWM, 2013, p.300). Segundo o autor britânico, “a combinação de *boom* secular, pleno emprego e uma sociedade de autêntico consumo de massa transformou totalmente a vida dos operários nos países desenvolvidos, e continuou transformando-a (2013, p.301).

Com isso, o que caracterizava a sociedade industrial do pós-guerra se desfazia paulatinamente. Os antigos laços de solidariedade foram sendo substituídos pela “busca de desejo individual” e por

uma lógica de mercantilização da vida. O “domínio do ‘nós’ sobre o ‘eu’” (HOBSBAWM, 2013, p.300), que se encontrava na coletividade operária, dá lugar ao “triunfo do indivíduo sobre a sociedade”. “A revolução cultural de fins do século XX pode assim ser mais bem entendida como o triunfo do indivíduo sobre a sociedade, ou melhor, o rompimento dos fios que antes ligavam os seres humanos em texturas sociais.” (HOBSBAWM, 2013, p.328). Portanto, todas essas transformações econômico-sociais são a base da crise que assolaria o capitalismo após os anos 1970, levando os anos dourados ao fim.

Crise da Era de Ouro

Após a década de 70, o capitalismo entra em uma fase de constante crise e instabilidade que perdura até hoje. O grande crescimento econômico observado no pós-guerra cessou, e as economias desenvolvidas passaram a crescer em patamares menores. No resto do globo, o crescimento acaba e a pobreza aumenta. Essa época se caracterizou pela volta de diversos problemas que o mundo desenvolvido havia eliminado após a Segunda Guerra Mundial, como o desemprego, a miséria e a instabilidade (HOBSBAWM, 2013, p.396). A inflação se tornou um problema econômico enquanto a economia mundial não crescia. Além disso, a desigualdade era outro problema que voltava a aparecer no capitalismo central. Conseqüentemente, as constantes crises econômicas encerraram o aumento real dos salários, que fora observado nos anos dourados.

Em decorrência desse processo, os Estados nacionais - que há muito foram utilizados para combater os problemas que mais uma vez despontavam - se viram impossibilitados de atuar. Isso ocorreu em um contexto em que o baixo crescimento e uma economia globalizada e transnacional questionavam a capacidade estatal de proteger suas populações frente à concorrência estrangeira e a um capitalismo incontrolável. Nos países capitalistas centrais, as pessoas ainda podiam contar com o que restava de um Estado protetor e com isso amenizar as conseqüências sociais da crise e desemprego. Porém, na periferia do sistema, essas populações foram jogadas à própria sorte, na miséria e na economia informal (HOBSBAWM, 2013, p.398). Isso, alimentou um sentimento de insegurança, ressentimento e desorientação das pessoas que culminou no enfraquecimento das estruturas políticas da democracia liberal (2013, p.407). Portanto, a crise econômica, democrática e suas conseqüências sociais são a marca do surgimento da sociedade neoliberal.

Neoliberalismo: O Capitalismo Totalitário

O padrão de acumulação observado na Era de Ouro chegou ao seu limite na década de 70. Sua crise provocou mudanças profundas na sociedade, que gestaram o que chamamos hoje de neoliberalismo. A sociedade neoliberal é comumente caracterizada: pelo capitalismo financeirizado,

que provoca uma mudança no padrão de acumulação e recompõe o processo de acumulação; pela mudança do papel do Estado; pelo aumento do desemprego, da desigualdade de renda e pela “vitória” ideológica do capitalismo sobre o socialismo com o fim da URSS. Basicamente mudanças institucionais, ideológicas e de padrão de acumulação de capital. Porém, há diferentes visões, sobre a caracterização do neoliberalismo, que vão além das mudanças citadas e tratam da subjetivação e racionalidade do indivíduo nessa sociedade. Esta seção propõe discutir as diferentes definições de neoliberalismo e por fim refletir sobre o papel do Estado no neoliberalismo e sua face totalitária.

Definindo o Neoliberalismo

A partir da década de 1980, o neoliberalismo passa a ser interpretado como um grupo de políticas “que privatizam a propriedade e os serviços públicos, reduzem radicalmente o Estado social, amordaçam o trabalho, desregulam o capital e produzem um clima de impostos e tarifas amigável para investidores estrangeiros.” (BROWN, 2019, p. 29). Assim dizendo, a interpretação fica centrada no neoliberalismo como ideologia e como uma política econômica que seria fruto dessa ideologia. Segundo Dardot e Laval (2016), essa ideologia seria constituída por um credo naturalista do mercado, onde o capitalismo por si próprio encontraria o “equilíbrio, estabilidade e crescimento”. Visto que ele é o “estado natural da sociedade” (MINC, apud DARDOT & LAVAL, 2016, p.32). Portanto, o mercado deveria operar sem interferência do governo, pois a intervenção abalaria o “curso espontâneo” das relações de mercado. Assim, podemos entender que essa ausência de intervenção governamental é na verdade uma escolha de ação política, onde o Estado interfere na sua capacidade de agir, destruindo o serviço público.

A partir dessa definição de neoliberalismo, passa ser possível estabelecer uma reflexão sobre a sociedade em que vivemos. Nela, vemos uma agenda econômica de privatizações, retirada do Estado na organização da economia e desregulamentação com viés favorável ao mercado em diversos setores da sociedade. Porém, os autores franceses consideram um erro resumir o neoliberalismo em uma ideologia e uma política econômica. Seria necessário entender que o neoliberalismo não afeta apenas as instituições ou direitos, mas também atinge as relações sociais e a subjetividade dos indivíduos na sociedade. Com isso, o neoliberalismo acaba normatizando a lógica da concorrência e impondo “a cada um de nós que vivamos num universo de competição generalizada” (2016, p.14). Dessa maneira, chegamos na definição de neoliberalismo dos autores franceses. Eles propõem que o neoliberalismo seja caracterizado como uma racionalidade que normatiza a vida social.

“[...] o neoliberalismo, antes de ser uma ideologia ou uma política econômica, é em primeiro lugar e fundamentalmente uma racionalidade e, como tal, tende a estruturar e organizar não apenas a ação dos governantes, mas até a própria conduta dos governados. A racionalidade neoliberal tem como característica principal a generalização da concorrência como norma de conduta e da empresa como modelo de subjetivação.” (DARDOT & LAVAL, 2016, p.17)

Esse tipo de análise deriva da tradição foucaultiana, a partir do conceito de “racionalidade política” e “governamentalidade”. A nova racionalidade política no neoliberalismo não trata apenas de aspectos de política econômica e fortalecimento do capital. Ela vai além, e impõe os princípios de mercado na sociedade, a partir do Estado, de instituições e entidades, como repartições públicas, escolas, empresas privadas e clínicas. A partir disso, os princípios de mercado se cristalizam, se tornam a realidade daquele corpo social e passam a governar cada dimensão da existência (BROWN, 2019, p.31). Logo, a racionalidade política revela uma racionalidade governamental. Com isso, o conceito de “governamentalidade” se introduz, com o sentido de expressar as formas em que os indivíduos são capazes de comandar o comportamento de outros indivíduos e de si mesmos, ou seja, governá-los. Como resume bem Brown (2019, p.31): “Para os foucaultianos, então, mais importante do que a reinicialização do capitalismo pelo neoliberalismo é sua alteração radical dos valores, coordenadas e princípios de realidade que governam, ou ‘conduzem a conduta’ nas ordens liberais.”

Desse modo, quando tratamos de *modo de governo* estamos falando de Estado. O papel do Estado neoliberal, é muitas vezes, e de maneira simplista, atrelado à sua ausência, ou seja, pela retirada do Estado no setor econômico – do mercado. Isso significa a oposição entre Estado e mercado e, conseqüentemente, frutifica ideias de que o mercado é mais eficiente que o setor público. Portanto, por esse raciocínio, o Estado deve se retirar ou se “modernizar” e funcionar a partir da lógica de mercado.

No entanto, essa dicotomia entre Estado e mercado é falsa, pois eles sempre coexistiram, em um imbricamento que fundamenta o capitalismo. Nas palavras de Dardot e Laval (2016, p.19), “foram antes os Estados, e os mais poderosos em primeiro lugar, que introduziram e universalizaram na economia, na sociedade e até neles próprios, a lógica da concorrência e o modelo de empresa”. Podemos ir além e dizer que foi o Estado Burguês que criou e ampliou mercados, no processo de desenvolvimento e consolidação do capitalismo. A criação de mercados foi um processo extremamente violento e envolveu diversas guerras. Dessa forma, o Estado capitaneou, e continua a fazer, o processo de mercantilização da sociedade. A partir disso, se torna imprescindível o debate sobre o papel do Estado no neoliberalismo. Ou seja, de que forma ele intervém e atua sobre a sociedade e os indivíduos. Além disso, é importante destacar o autoritarismo e a violência desse processo de “governamentalização”, para entendermos a sociedade neoliberal.

Do Estado de Bem-Estar ao Estado Neoliberal Totalitário

Para discutirmos o Estado neoliberal e a forma autoritária com que ele nos governa, antes é necessário entender a mudança do papel do Estado na Era de Ouro do capitalismo e na sociedade neoliberal. Como dissemos, o Estado Burguês, a partir de aparatos violentos, criou e regulamentou

mercados durante o processo de formação e desenvolvimento do capitalismo. No entanto, o Estado nunca parou de utilizar da violência e de meios autoritários para criar espaços de valorização e acumulação de capital. A conclusão a que se chega é que, em toda a história do capitalismo, o Estado foi violento e autoritário. Porém, as formas de violência se modificam a depender das condições de cada tempo histórico, das relações sociais e da luta de classes. Por isso, o ponto a ser destacado e adiantado aqui, é que ambos, o Estado de bem-estar social e o Estado neoliberal, são violentos, apesar de empregar essa violência de diferentes formas. Vale destacar que, não cabe ao escopo desta pesquisa analisar as diferentes violências que aconteceram no desenvolvimento do capitalismo, mas sim entender a mudança do papel do Estado no neoliberalismo.

Como acima explorado, o Estado de bem-estar social tinha como característica o emprego de uma política econômica de corte keynesiano, que tinha como foco a geração de emprego, e de uma democracia social no âmbito político. O papel dele era planejar a economia capitalista, garantindo uma proteção social aos cidadãos, aumento dos salários reais e, conseqüentemente, uma diminuição da desigualdade. Além disso, era essencial que o Estado induzisse a sociedade e o indivíduo, na consolidação de uma sociedade de consumo de massa. Portanto, o Estado garantiu que a acumulação de capital ocorresse junto com a proteção social do cidadão e trabalhador.

Sabemos que esse padrão de acumulação, verificado durante a Era de Ouro, entra em crise, junto com seus pilares. Somente a partir de uma reconfiguração dessa sociedade e do Estado, foi possível a retomada da acumulação de capital em bases distintas. Em vista disso, é relevante a análise de Brown (2019) que define o neoliberalismo como um ataque da classe capitalista, justamente, contra o Estado de bem-estar e à social-democracia. Slobodian (apud BROWN,2019, p.30) complementa, apontando que o objetivo do neoliberalismo seria destruir os entraves à acumulação de capital, paralisar as “demandas redistributivas do Sul recentemente descolonizado” e rebaixar as expectativas da classe trabalhadora. Dessa maneira, a luta política das relações de classe “inaugura um novo capítulo do capitalismo” (BROWN,2019, p.32), ao modificar instituições, políticas, relações econômicas e o Estado.

A transformação do Estado neoliberal é falsamente entendida como uma questão puramente econômica, onde o Estado se retira da economia e deixa o mercado se regular por conta própria. É esta acepção de Estado neoliberal que questionamos, pois, como destacamos anteriormente, o Estado e o mercado estão imbricados em uma relação que fundamenta o capitalismo.

Vale destacar, ainda, que o neoliberalismo representa uma maior intervenção estatal. No entanto, essa intervenção não se dá como no Estado de bem-estar social, ela se desloca com maior força para as esferas sociais e psíquicas (SAFATLE, 2021). Qual seria, então, a razão de modificar o foco da intervenção na economia para as áreas sociais e psíquicas? Segundo Safatle (2021, p.6), os

ideólogos do neoliberalismo discordavam da tese do liberalismo clássico de que os princípios da “livre-iniciativa, empreendedorismo e competitividade” emergiriam espontaneamente na sociedade capitalista quando o Estado fosse limitado radicalmente. Por isso, “a liberdade liberal teria de ser produzida e defendida”. Nesse ponto, entra o Estado. Ele deveria gerar os valores da propriedade privada e da concorrência, que além de um valor econômico, seriam também um princípio moral que nortearia a sociedade. Hayek (apud BROWN,2019, p.45), um dos maiores intelectuais do neoliberalismo, compreendia que o mercado e a moral seriam a “verdadeira natureza da justiça”. Em outras palavras, estes valores baseados na concorrência mercantil representariam os “princípios corretos” dos indivíduos. Desse modo, a noção de justiça estaria estritamente ligada aos princípios morais e de mercado dessa sociedade, e tudo que negasse esses princípios não seria justo e, conseqüentemente, incorreto. O Estado deveria então, defender a justiça a partir desse molde. Promover a junção entre a economia e a moral. Portanto, toda forma de intervenção (e sua racionalidade), social ou econômica, seria justificada por valores morais. Dessa forma, segundo Safatle (2021, p.2), “era moral a defesa de que os indivíduos deveriam parar de procurar “proteção” nos braços paternos do Estado-providência a fim de assumir a ‘responsabilidade’ por suas próprias vidas.”

Essa questão simboliza a mudança do Estado de bem-estar social, que promovia a proteção social dos cidadãos, para o Estado neoliberal, que intervém na sociedade a fim de induzir os indivíduos a buscarem proteção social por seus próprios meios, ou seja, fora do Estado. A responsabilidade social não seria mais uma tarefa do Estado, mas sim dos indivíduos. Por isso, em nossa sociedade, impera uma aversão a políticas sociais ao mesmo tempo em que ações individuais de caridade são vangloriadas.

Outra diferença, entre o Estado de bem-estar social e o neoliberal, se encontra no foco da intervenção estatal. Enquanto o primeiro centra a sua atuação no planejamento econômico, buscando crescimento econômico e pleno emprego, o segundo desloca sua atuação simplesmente econômica e se concentra nos âmbitos sociais e psíquicos, fazendo a junção da economia com a moral, como explicamos. Logo, a economia moral não modificava radicalmente as condições de produção e circulação da riqueza, porém ela servia para eliminar de maneira violenta das relações políticas “enquanto espaço efetivo de deliberação e decisão [...]” (SAFATLE,2021, p.3). Como efeito disso, as decisões políticas passaram a não serem justificadas mais como políticas, e sim como técnicas, pois elas se baseavam nos princípios de mercado e na moral concorrencial, portanto eram corretas. Segundo Safatle (2021, p.4), “o uso reiterado de tal estratégia cresce com a hegemonia do neoliberalismo.”. Desta forma, a sociedade neoliberal é marcada pela ascensão do discurso da economia moral.

Então, o Estado neoliberal, ao contrário de algumas visões, é extremamente interventor e, portanto, autoritário. Sua função não era modificar o modelo econômico, mas sim despolitizar a sociedade para reconfigurar as relações de conflitos sociais e a estrutura psíquica dos indivíduos. “Mais do que um modelo econômico, o neoliberalismo era uma engenharia social.[...] para que a liberdade como empreendedorismo e livre-iniciativa pudesse reinar [...]” (SAFATLE,2021, p.7). A ideia de despolitização da sociedade ecoa no conceito de “desmassificação” dos ordoliberalis. Segundo esses teóricos do neoliberalismo, o capitalismo produzia espontaneamente relações sociais que fazia as populações se enxergarem enquanto coletivo, enquanto massas. Por conseguinte, as próprias forças capitalistas “proletarizavam” a sociedade, fazendo com que aumentasse as “demandas por um Estado social ou uma revolução socialista.”. A forma de combater esse processo se dava “por meio da empreendedorização [...] dos trabalhadores [...] e da realocação dos trabalhadores em práticas de autoprovisão familiar [...]” (BROWN,2019, p.49). Isto significa que a individualização dos trabalhadores passava pela afirmação de princípios de mercado e valores morais. Vale ressaltar, que a despolitização da sociedade foi feita de maneira radical pelo Estado fascista. Safatle (2021, p.9) nos lembra, que um Estado forte, antidemocrático, que intervia em todos os âmbitos sociais, junto com a ideia de liberdade econômica, eram constituintes do Estado fascista. Essa compatibilidade entre uma intervenção social total e o liberalismo econômico criava o “Estado total”. Um “[...] Estado capaz de despolitizar a sociedade, tendo força suficiente para intervir politicamente na luta de classes [...]”.

Sobre a relação de um Estado antidemocrático com o liberalismo, voltemos a Hayek, que preferia uma ditadura com liberalismo, do que uma democracia sem liberalismo (SAFATLE, 2021). Ele abominava a ideia de justiça social. Primeiro, pois a sociedade, para ele, não existe. O que existem são indivíduos que se conectam através das relações de troca. Segundo, que a verdadeira justiça tem relação com os princípios de mercado e valores morais. Portanto, aquele que tem preocupação com o social, concebe a existência de uma sociedade que deve ser planejada a partir de uma justiça social. No entanto, Hayek reforça que a justiça social ataca a verdadeira justiça, “a liberdade, e o desenvolvimento civilizacional garantidos pelo mercado e pela moral.” (BROWN,2019, p.48).

Dessa maneira fica claro os valores antidemocráticos do neoliberalismo e seus teóricos. Além do mais, um Estado que intervém em todos os níveis da vida social, só pode ser entendido como um Estado totalitário.

Considerações Finais

O processo de desenvolvimento e, conseqüentemente, de desintegração da Era de Ouro resulta na formação de uma sociedade que necessita governar os indivíduos e todo corpo social, a partir das esferas econômicas, psíquicas, políticas e sociais. Impondo em todas essas áreas, de forma violenta, os princípios de mercado que fundamentam o capitalismo. Portanto, não é apenas o Estado neoliberal

que é totalitário, mas toda a sociedade neoliberal, que incorpora a racionalidade e os princípios totalitários e antidemocráticos dessa formação social contemporânea. Nesse sentido, o neoliberalismo agudiza o enfrentamento de classes ao representar a ofensiva da classe capitalista sobre os trabalhadores. No entanto, o enquadramento da classe dominante não se encontra na esfera econômica somente, mas principalmente no controle dos corpos e mentes.

Referências

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**. São Paulo, Politeia, 2019

DARDOT, P; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOBBSAWM, Eric. **Era dos Extremos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

SAFATLE, V. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Acessado em:15 setembro2021